

UNIVERSIDADE DO ESTADO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO
CURSO DE TURISMO

JULIANA SILVA DE MELO

**PARA CEGO VER: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NO PALACETE PROVINCIAL
EM MANAUS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

MANAUS
2021

JULIANA SILVA DE MELO

**PARA CEGO VER: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NO PALACETE PROVINCIAL
EM MANAUS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para obtenção do título de bacharel em turismo do curso de Turismo da Escola de Artes e Turismo-ESAT da Universidade do Estado do Amazonas-UEA.

Orientadora: Profa. Dra. Marklea da Cunha Ferst

MANAUS

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

MELO, Juliana Silva DE

PARA CEGO VER: Análise da acessibilidade no Palacete Provincial em Manaus para pessoas com deficiência visual – 2021

100f.

Orientadora: Marklea da Cunha Ferst

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Programa de Bacharelado Acadêmico em Turismo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Programa de Bacharelado Acadêmico em Turismo.

1 Introdução – Problematização.

2. Fundamentação teórica/ Palacete Provincial/ Contexto Histórico/ Centro Cultural/ Museus/ Pandemia do Coronavírus (SAR-COV-2) e o Palacete Provincial/ Turismo Acessível/ Legislação Brasileira acerca do Turismo Acessível/ Acessibilidade/ Pessoas com deficiência visual/ Acessibilidade para pessoas com deficiência visual

3. Metodologia.

4. Resultados e discussões/5 Considerações finais.

JULIANA SILVA DE MELO

**PARA CEGO VER: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NO PALACETE PROVINCIAL
EM MANAUS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para obtenção do título de bacharel em turismo do curso de Turismo da Escola de Artes e Turismo-ESAT da Universidade do Estado do Amazonas-UEA.

COMISSÃO EXAMINADORA



Orientadora Prof.^a Dr.^a Marklea da Cunha Ferst



Prof.^a Lucia Claudia Barbosa Santos Esp.



Prof.^a Helen Rita Menezes Coutinho

MANAUS

2021

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à minha família, em especial meu pai e minha mãe, Nilson e Alessandra, minha avó Luzia, minha madrinha Luciana e minha tia-avó Judith. Agradeço por todo amor, apoio e incentivo que me foi dado para que eu pudesse cumprir esta jornada. Obrigada por oferecerem todas as ferramentas para que eu pudesse construir este caminho.

As minhas amigas Emília, Eduarda, Alice e Suellen, por estarem sempre dispostas a me ouvir, encorajar e por acreditarem em mim como pessoa, estudante e futura profissional. Serei eternamente grata a vocês.

As minhas amigas Ane, Eloiza, Raíssa, Maria Vitória, Sara e Nell. Muito obrigada por toda ajuda que me foi dada nesta jornada universitária que compartilhamos. Menção especial a Kamilla, que me ajudou de formas inimagináveis a concluir este trabalho. Muita obrigada pela paciência, dicas e conselhos. Sem vocês eu jamais teria conseguido chegar até aqui.

A família palaceters, meus queridos amigos de estágio. Obrigada por todo suporte e paciência que tiveram comigo ao longo desses anos. Menção especial para Amanda, que mesmo sem ter familiaridade com o assunto se prontificou a me ajudar a concluir este trabalho. Agradecimento especial para todos os meus superiores, gerentes, a Diretora de Museus Janete Souza, por ter cedido todo material necessário para elaboração desta pesquisa, e a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (SEC) por ter disponibilizado o Palacete Provincial para este estudo.

A minha orientadora Profa. Dra. Marklea da Cunha Ferst, por ter aceitado esta ideia e me auxiliado da melhor maneira possível para que tudo corresse bem. Gratidão eterna.

A Deus, por não ter me deixado desistir.

Por fim, sou grata a mim mesma. Parafraseando Kim Jungwoo, um artista que muito me conforta, sempre que tenho dificuldades, penso por que comecei isso e por que permaneci até agora. Agradeço por ter me dedicado e ter chegado até o final. “Se você sempre pensar positivamente, haverá coisas boas.” (KIM JUNGWOO, 2021).

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.” (Paulo Freire)

RESUMO

A população de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. No Brasil, cerca de 35,8 milhões de pessoas possuem deficiência visual, sendo essa a mais recorrente no país e no estado do Amazonas onde encontramos cerca de 651,2 mil pessoas com esta deficiência. Considerando a crescente demanda de pessoas com deficiência visual no estado espera-se que os museus e centros culturais existentes no local proporcionem acessibilidade a essas pessoas. Dessa forma, utilizando o Centro Cultural Palacete Provincial, que fica localizado na capital do estado, Manaus e que possui um fluxo majoritário de visitantes locais, este estudo possui como objetivo geral analisar a acessibilidade no Palacete Provincial para o atendimento do turista com deficiência visual ou baixa visão. Trata-se de uma pesquisa descritiva, bibliográfica, abordagem qualitativa e de método dedutivo, em que foram realizadas visitas guiadas com 5 pessoas com deficiência visual e aplicada uma pesquisa após a visita. Como resultados verificou-se que o Centro Cultural Palacete Provincial não atende às necessidades de uma pessoa com deficiência visual relativamente a acessibilidade dos museus que integram o espaço. Como contribuição teórica esta pesquisa além de trazer informações históricas e descritivas do Centro Cultural objeto de estudo, apresenta a literatura a respeito do turismo acessível e a legislação brasileira a despeito da acessibilidade. Como contribuição prática apresenta subsídios que podem contribuir para sensibilizar os gestores da necessidade de se investir em acessibilidade nos centros culturais, podendo ser replicada em outros museus e centros culturais.

Palavras-chave: Centro cultural; Museu; Acessibilidade; Pessoa com deficiência visual.

ABSTRACT

The population of people with disabilities or reduced mobility has increased considerably in recent years. In Brazil, about 35.8 million people have visual impairment, which is the most recurrent in the country and also in the state of Amazonas, where we find about 651.2 thousand people with this disability. Considering the growing demand of people with visual impairments in the state, it is expected that museums and cultural centers residing in the place provide accessibility to these people. Thus, using the Cultural Center Palacete Provincial, which is located in the state capital, Manaus and which has a majority flow of local visitors, this study aims to analyze the accessibility of the Palacete Provincial for the care of tourists with visual impairments or low vision. This is a descriptive research, bibliographical, qualitative approach and deductive method, in which guided visits were made with 5 people with visual impairment and a survey was applied after the visit. As a result, it was found that the Cultural Center Palacete Provincial does not meet the needs of a person with visual impairment regarding the accessibility of the museums that make up the space. As a theoretical contribution, this research, in addition to providing historical and descriptive information about the Cultural Center object of study, presents the literature on accessible tourism and Brazilian legislation despite accessibility. As a contribution, it presents subsidies that can help to make managers aware of the need to invest in accessibility in cultural centers, which can be replicated in other museums and cultural centers.

Keywords: Cultural Center; Museum; Accessibility; Visually impaired person

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Palacete Provincial concluído, 1874-1875.....	18
Figura 2 – Museu de Arqueologia.....	21
Figura 3 – Sala do Comando Geral da Polícia Militar do Amazonas	22
Figura 4 – Exposição Flagrantes da História.....	22
Figura 5 – Museu de Numismática Bernardo Ramos sala 1.....	23
Figura 6 – Museu de Numismática Bernardo Ramos sala 2.....	24
Figura 7 – Pinacoteca do Estado.....	25
Figura 8 – Museu de Imagem e Som do Amazonas (MISAM).....	25
Figura 9 – Linha do tempo da legislação brasileira acerca do Turismo Acessível.....	30
Figura 10 – Folhetos Acessíveis.....	33
Figura 11 – Textos e legendas em Braile.....	33
Figura 12 – Mapa tátil do espaço expositivo.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparação do número de visitantes do Palacete Provincial antes e durante a pandemia do COVID-19.....	27
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
CECA	Conselho Internacional de Museus
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
Mtur	Ministério do Turismo
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCDMR	Pessoas Com Deficiência ou Mobilidade Reduzida
PNT	Plano Nacional de Turismo
SEC	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 JUSTIFICATIVA.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 PALACETE PROVINCIAL.....	17
2.1.1 Contexto Histórico.....	17
2.1.2 Centro Cultural.....	19
2.1.3 Museus.....	20
2.1.4 Pandemia do Coronavírus (SAR-COV-2) e o Palacete Provincial.....	26
2.2 TURISMO ACESSÍVEL.....	28
2.2.1 Legislação brasileira acerca do Turismo Acessível.....	29
2.3 ACESSIBILIDADE.....	30
2.3.1 Pessoas com deficiência visual.....	31
2.3.2 Acessibilidade para pessoas com deficiência visual.....	32
3 METODOLOGIA	35
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	36
3.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	37
3.4 LIMITAÇÕES DE PESQUISA.....	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE A	48

1 INTRODUÇÃO

O setor turístico é um dos mais diversos setores existentes. Ele possui uma grande variedade de ramificações, que procuram se adaptar e atender a todos os públicos. De acordo com Fialho (2009), o turismo é um bem social e deve estar ao alcance de todos os cidadãos, entre os quais se encontram as pessoas com deficiência. O Turismo Acessível, também conhecido como Turismo Para Todos, surge com a necessidade de incluir dentro do turismo esta demanda crescente de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (PCDMR). Duarte (2005) considera que a atividade turística, inclusive devido a sua característica de pluralidade, diversidade de povos, raças, credos, deve ser receptiva a qualquer indivíduo. Sendo assim, o turismo acessível busca ser capaz de proporcionar a todos os indivíduos uma experiência turística igualitária.

A população com deficiência ou com mobilidade reduzida tem aumentado nos últimos anos a nível mundial, como resultado do envelhecimento da população, do aumento de acidentes laborais e rodoviários, do aparecimento de novas doenças e do aumento dos problemas ambientais, entre outros aspectos (DARCY; TAYLOR, 2009). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011) mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência. Dentre essas pessoas, 36 milhões são cegas e cerca de 216 milhões vivem com algum tipo de deficiência visual moderada a grave (BICKENBACH, 2011). Considerando a crescente e abrangente demanda de pessoas com deficiência, em especial a visual, no mundo, esperasse que a acessibilidade nos espaços públicos, como museus e centros culturais, cresça na mesma proporção.

O Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (CECA/ICOM), em 2015, organizou sua 46ª conferência anual com o tema "*Museum Education and Accessibility: Bridging the Gaps*" ("Educação em museus e acessibilidade: ultrapassando as diferenças"), em Washington, nos Estados Unidos. Durante a conferência, foram abordados assuntos relacionados a pesquisas e reflexões sobre acessibilidade em museus, tendo como público-alvo especialmente pessoas com deficiência. Também foi discutido a relação entre a acessibilidade, novas tecnologias e redes sociais como ferramentas que possibilitam o acesso a diferentes públicos (Museum Education and Accessibility. Bridging the Gaps, 2016).

De acordo com alguns autores, visitas à museus, quando administradas de forma adequada, podem ser de grande valor para pessoas com deficiência visual, oferecendo-lhes oportunidades de interagir com outras pessoas e evitar o isolamento, ter experiências multissensoriais prazerosas e também, para melhorar sua autoconfiança (EUSÉBIO et al., 2015).

O Plano Nacional Setorial de Museus (IBRAM, 2010), é um documento brasileiro que apresenta um planejamento e uma agenda política da área museológica, construídos de forma conjunta que mostram quais caminhos seguir nos dez anos seguintes a data de seu lançamento. O documento propõe em umas de suas estratégias do Eixo II: Cultura, Cidade e Cidadania, a incrementação de ações voltadas à garantia do direito à acessibilidade cognitiva, sensorial e motora para toda a população, sendo está uma prioridade que reflete dignidade humana frente ao patrimônio.

Na legislação brasileira, temos assegurado na Lei 13.146/2015, que possui como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, o direito da pessoa com deficiência a cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Assim como, no Decreto Federal 5.926, de 2004, temos estabelecido as normas e critérios básicos para a acessibilidade das pessoas com deficiência:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004.)

Desenvolver leis e políticas públicas que englobem as PCDMR no Brasil é de extrema importância, visto que cerca de 46,6 milhões de pessoas declaram ter algum tipo de deficiência no país. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do último censo de 2010, revelou que 18,6% da população, cerca 35,8 milhões de pessoas, possuem deficiência visual, representado a deficiência mais comum existente na população brasileira.

No Estado do Amazonas o Censo 2010 (IBGE, 2010), revela que das pessoas com deficiência identificadas no estado, cerca de 651.262 mil, possuem deficiência visual, 209.932 mil motora, 154.190 mil auditiva e 38.671 mil deficiência mental/intelectual. Sendo a visual, a que mais cresceu no estado durante a última década, com 298,6 casos em 2000. Levando em conta a crescente demanda de deficientes

visuais no Amazonas, esperasse que os locais de visitação pública, Museus e Centro Culturais, possuam acessibilidade para os mesmos.

Segundo Feijó (2003), o termo cultura pode ser entendido por dois âmbitos: *kultur*, tradição, valores e identidades; e *bildung*, formação intelectual, moral e estética, o que implica diálogo entre culturas. Logo os centros culturais, são espaços que possuem não somente uma história a ser contada, mas que também contribuem para a formação intelectual da sociedade. Como coloca Coelho (1986), os centros culturais são espaços para se fazer a cultura viva. Uma cultura viva é construída pelos próprios sujeitos em interação com outros sujeitos, com a obra de arte e com a informação (inseridos em um processo crítico, criativo, provocativo, grupal e dinâmico). Dessa forma, entende-se que os centros culturais devem proporcionar acessibilidade para todas as pessoas independentemente de suas limitações.

Observando este contexto, optou-se por realizar a análise da acessibilidade, para utilização por pessoas com deficiência visual, no Centro Cultural Palacete Provincial em Manaus. O prédio abriga cinco museus, duas galerias e recebe uma demanda de visitante majoritariamente locais. Nos últimos cinco anos 59% de seus visitantes eram locais, 33% nacionais e 8% internacionais.¹ Diante disto, observa-se a seguinte problemática: O Palacete Provincial possui acessibilidade para pessoas com deficiência visual?

Com o intuito de responder à pergunta problema, o objetivo geral deste trabalho é para analisar a acessibilidade no Palacete Provincial para o atendimento do turista com deficiência visual ou baixa visão. E para isso elaborou-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever a legislação brasileira aplicável sobre acessibilidade para pessoas com deficiência visual;
- b) Identificar os elementos de infraestrutura, comunicação, informação e tecnologia assistiva existentes no palacete provincial para o atendimento do turista com deficiência visual ou baixa visão;
- c) Classificar as variáveis da acessibilidade na oferta dos serviços e produtos turísticos ao turista com deficiência visual ou baixa visão.

¹ Dados disponibilizados pelo Departamento de Museus (DEMUS), da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC), 2021.

1.1 JUSTIFICATIVA

Considera-se de suma importância a realização de pesquisas acerca do turismo acessível e acessibilidade, principalmente voltadas para pessoas com deficiência visual e/ou baixa visão, visto que as pesquisas científicas neste campo são escassas.

Em relação a sociedade, a crescente população de pessoas com deficiência no mundo justifica esta pesquisa uma, vez que esta demanda deve ser atendida. De acordo com Devile (2014), o atendimento a esse público se torna uma questão ética, social e economicamente relevante.

Dessa forma, o Artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), aborda sobre todas as pessoas possuírem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios. Assim como, a Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, resguarda a necessidade de oferecer a acessibilidade nos espaços públicos:

Art. 42. § 1º É vedada a recusa de oferta da obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento. [...];
Art. 77. O poder público deve fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a inovação e a capacitação tecnológicas, voltados à melhoria da qualidade de vida e ao trabalho da pessoa com deficiência e sua inclusão social. [...]; (BRASIL, 2015).

O Plano Nacional de Turismo: 2018-2022 visa em uma de suas principais estratégias “promover a infraestrutura necessária para permitir o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos atrativos turísticos.” O PNT (2018-2022) aborda ainda que se deve estimular o desenvolvimento de um turismo acessível a todos. Justificando esta estratégia quando aponta que:

[...] a pouca informação acerca da acessibilidade nos serviços e empreendimentos turísticos, a discriminação e experiências negativas e constrangedoras desencorajam esses potenciais consumidores. A acessibilidade no turismo, além de ser uma alternativa para promover a igualdade de oportunidades, a solidariedade e o exercício de cidadania, é um tema que precisa ser tratado de forma inovadora, seja por sua capacidade de geração de negócios e de renda, seja por sua importância competitiva. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016, p. 128–129).

De acordo com Barriga e Silva (2007), existe um potencial público muito mais vasto que por diversas razões não podem ou não querem visitar os espaços culturais. Ainda segundo os autores:

(...) estamos a falar de: crianças; pessoas com baixo nível de escolaridade ou analfabetas; pessoas com dificuldades de aprendizagem; pessoas de idade; *pessoas com deficiências*; imigrantes; desempregados. Estamos, igualmente, a falar de pessoas com conhecimentos, interesses e disponibilidades diferentes. Um vasto leque de pessoas que, não tendo, obviamente, obrigação de gostar dos museus, poderiam optar por visitá-los, se estivessem mais conscientes da sua existência e oferta e se os achassem interessantes e relevantes para as suas vidas.”
(BARRIGA; SILVA, 2007).

Sendo assim entende-se que a acessibilidade, a fim de proporcionar uma maior inclusão social, deve ser obrigatoriamente oferecida nos espaços culturais independentemente de qualquer coisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica é uma das partes mais importantes do desenvolvimento de uma pesquisa. Rocha et al., (2017, p. 56-57) conceitua a fundamentação ou referencial teórico como a direção teórica da pesquisa. De acordo com a autora, nesta parte da pesquisa o pesquisador mostra quais autores e teorias são os mais adequados para analisar e explicar o problema da pesquisa, verificar as hipóteses e explicar como este referencial teórico pode contribuir para a solução do problema.

2.1 PALACETE PROVINCIAL

O Palacete Provincial, é um patrimônio tangível que foi tombado juntamente com a Praça Heliodoro Balbi e o Colégio Amazonense D. Pedro II, na época conhecido como Ginásio Amazonense Pedro II, através da homologação do Decreto 4.817, de 6 de dezembro de 1980, expedido pela Portaria n.01/980 (BRAGA, 2009, p. 62). Naquela época não existia uma legislação em nível municipal para proteção de bens de interesse cultural e o Palacete Provincial, como não se encaixava na legislação federal, foi tombado a nível estadual.

2.1.1 Contexto Histórico

O prédio foi erguido nas terras que pertenciam previamente ao casal de comerciantes Alexandre e Amélia Amorim. As terras foram adquiridas pelo capitão da Guarda Nacional Custódio Pires Garcia, que em 1861 iniciou as construções de seu palacete particular, o Palacete Garcia. O propósito inicial da construção era ser a residência da família Garcia. Entretanto, segundo Braga (2009, p.13), após a edificação da parte central do casarão ele foi vendido ao Governo Provincial, que na época estava necessitado de edificações que pudessem sediar repartições públicas. O palacete foi adquirido durante a administração do presidente interino da província, Jozé Bernardos Michiles (MONTEIRO, 1998). O presidente possuía a intenção de

instalar no local a Tesouraria Provincial e também a sede da Assembleia Legislativa Provincial (BRAGA, 2009, p. 21).

Figura 1 - Palacete Provincial concluído, 1874 – 1875



Fonte: Robério Braga, 2009

Braga (2009) relata que foi somente em 1867 que o prédio recebeu o nome que possui até hoje, Palacete Provincial (*figura 01*). Mesmo tendo sido comprado com o intuito de retirar as repartições públicas de locais com aluguel e dar a elas uma sede, foram necessários alguns anos após sua compra para as obras serem finalizadas. Com o passar dos anos e com as trocas de presidente, a obra se tornou uma responsabilidade do governo. De acordo com o relatório do diretor das Obras Públicas, Leovegildo Coelho, ao presidente da província, em dezembro de 1873 o prédio estava quase pronto. Todavia, somente em 25 de março de 1874 foi declarado oficialmente a conclusão das obras. E assim, foram instalados no local o Liceu Provincial, a Biblioteca Pública, a Assembleia Provincial e a Repartição das Obras Públicas. Na época, também havia a intenção de instalar no local o Paço Municipal, o que nunca aconteceu. Vale ressaltar que mesmo após o termino oficial das obras, ainda foi necessário realizar reparações no local.

O Palacete Provincial foi oficialmente inaugurado em 28 de fevereiro de 1875. Em meados de 1889, o prédio foi entregue a Policia Militar do Amazonas, para sediar o Batalhão Militar do Amazonas, que residiu no prédio até 2002. No local, funcionaram também um presidio e o Corpo de Bombeiros, visto que, por um determinado período de tempo o Corpo de Bombeiro e a Policia Militar funcionavam juntos. Após pertencer a Policia Militar por cerca de 103 anos, o governador Amazonino Armando Mendes decretou em 31 de dezembro de 2002 que o prédio seria transferido para a, na época, Secretaria de Estado de Cultura. Braga (2009), ressalta que houve resistência por

parte da corporação policial em deixar o local. Diante disso, foi somente no ano de 2006 que o Palacete Provincial passou a ser de fato administrado pela Secretaria de Estado de Cultura.

Assim, foi somente durante o governo de Eduarda Braga que o Palacete Provincial, e a Praça Heliodoro Balbi, foram restaurados. No local foram instalados cinco museus fixos. O Museu de Arqueologia, Museu Tiradentes da Polícia Militar do Amazonas, Museu de Numismática do Amazonas, Pinacoteca do Estado e Museu de Imagem e Som do Amazonas (MISAM). Além de abrigar também o restauro de obras de arte o laboratório de arqueologia, reservas técnicas e o Café do Pina. Sendo assim, caracterizado um Centro Cultural, pois abriga não somente todos esses espaços físicos, mas também é palco de manifestações culturais, além de possuir uma rica história.

2.1.2 Centro Cultural

Um Centro Cultural, se utilizarmos o sentido literal das palavras, significa um local de cultura, ou seja, centro de cultura. De acordo com Ribeiro (2009), centro remete a um ponto específico, onde converge e reúne diversos elementos em mesmo local ou próximos destes. Ainda segundo Ribeiro (2009), a cultura está relacionada diretamente com os hábitos de uma sociedade e suas manifestações intelectuais e artísticas. Damascena (2011), relata que a cultura molda os sonhos, quereres e desejos de cada cidadão.

Os centros de cultura são muito mais que somente edifícios. São locais com objetivo de aprimoramento do ser, através de sua então intelectualidade, senso e habilidades, para que possa, por intermédio das manifestações culturais, compreender o seu total pertencimento como indivíduo pensante e independente de outro. (RAMOS, 2007)

No Brasil, as primeiras manifestações culturais ocorreram ainda em 1500, segundo Milanesi (1997), graças aos padres jesuítas. As igrejas, inclusive, eram consideradas, naquela época, centros de cultura visto que abrigavam artistas, estatuas, arquitetura, etc. Após isso, a cultura passou por diversas modificações no Brasil até chegarmos ao que conhecemos hoje. De acordo com informações recuperadas do site do Centro Cultural São Paulo, ele foi um dos primeiros centros

culturais construídos no país. O espaço, que até então se tornaria uma biblioteca, acabou sendo um centro cultural multidisciplinar nos moldes do centro *George Pompidou* que havia acabado de surgir na França.

O Palacete Provincial não é composto somente de museus, ele possui duas galerias temporárias que frequentemente recebem exposições dos mais diversos tipos, além de também serem realizados no local eventos de fotografia, música, artes plásticas, dentro outros. Dito isso, entende-se que o Palacete Provincial pode ser denominado como um Centro Cultural, sendo um local onde ocorrem manifestações culturais, onde é possível adquirir conhecimento acerca de diversos assuntos, trocar ideias, interagir com outras pessoas, com as obras, e evoluir intelectualmente.

2.1.3 Museus

Os museus, podem ser compreendidos como espaços que guardam histórias, crenças e culturas de um povo. Dessa forma, o *International Council of Museums* (ICOM), define que os museus se caracterizam como:

uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade. (ICOM, 2007).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) dispõe de um conceito para museus, que foi elaborado na época que o instituto era conhecido como Departamento de Museus e Centros Culturais - IPHAN/MinC1, e propõe que:

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;

II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;

V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais. Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas. (2005, apud SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS, 2012).

O Palacete Provincial possui locado em seu interior cinco museus fixos, sendo eles o Museu de Arqueologia (*figura 02*), exposição que apresenta fragmentos arqueológicos encontrados na região amazônica, ferramentas e utensílios utilizados na coleta, bem como dados acerca da função do arqueólogo. Ainda no local podemos encontrar uma estatueta que reproduz uma figura com características humanas e animais que está associada à cultura Tapajônica. É possível conhecer as formas de sepultamento de alguns povos e seus significados. A exposição também apresenta materiais provenientes de Nova Urucurituba e Manaus;

Figura 2 - Museu de Arqueologia, 2021.



Fonte: Juliana Silva de Melo, 2021.

O Museu Tiradentes da Polícia Militar do Amazonas (*figura 03*) acolhe a história da corporação da militar no Estado do Amazonas. Composto de duas salas onde na primeira temos uma representação da sala do Comando Geral com móveis da época em que a polícia residia no prédio além de abrigar o arquivo integrado, livros de registros individuais dos membros da corporação e na segunda sala, podemos encontrar uma exposição autoexplicativa, denominada *Flagrantes da História* (*figura 04*), que relata a história da Polícia Militar do Amazonas desde suas origens e também

apresenta uma coleção de armamentos, armaduras, condecorações e equipamentos utilizados pelo Corpo de Bombeiros.

Figura 3 - Sala do Comando Geral da Polícia Militar do Amazonas, 2021.



Fonte: Juliana Silva de Melo, 2021.

Figura 4 - Exposição “Flagrantes da História”, 2021.



Fonte: Juliana Silva de Melo, 2021.

O Museu de Numismática Bernardo Ramos (*figura 05*), que conta com uma coleção de moedas da Antiga Grécia, Império Romano, do Brasil em seus períodos de Colônia, Império e República, além de medalhas, cédulas, e documentos históricos, organizada pelo comerciante amazonense Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, estudioso e fascinado pela Numismática (*figura 06*), viajou por diversos países, seguidas vezes, adquirindo peças para sua coleção particular. No acervo podemos encontrar moedas, medalhas, condecorações, cédulas, selos, cartões postais, cartões telefônicos, fichas telefônicas, quadros, máquina registradora, máquina de somas, boletins numismáticos, documentos, placas, mapas, dentre outros.

Figura 5 - Museu de Numismática Bernardo Ramos sala 1, 2021



Fonte: Juliana Silva de Melo, 2021.

Figura 6 - Museu de Numismática Bernardo Ramos sala 2, 2021



Fonte: Juliana Silva de Melo, 2021.

A Pinacoteca do Estado do Amazonas (*figura 7*) foi instituída oficialmente em 1985 fruto de uma iniciativa por um grupo de intelectuais ligados ao Clube da Madrugada. Ela possui um acervo composto por mais de duas mil peças de técnicas variadas, ênfase especial nos artistas amazonenses. Também conserva uma coleção didática de cópias de obras consagradas da arte visual.

Por fim o Museu de Imagem e Som do Amazonas (*figura 8*), mais conhecido como MISAM. Este museu conta com três exposições fixas sendo elas um pequeno recorte da história do Cinema Guarani, o primeiro cinema da cidade de Manaus, a história de Silvino Santos que foi o pioneiro na cinematográfica amazônica, e uma exposição de câmeras fotográficas de diferentes épocas denominada Exposição Máquinas do Tempo.²

² Departamento de Museus (DEMUS). **Manual de Uso e Procedimento Internos dos Museus.**

Figura 7 - Pinacoteca do Estado do Amazonas, 2021



Fonte: Juliana Silva de Melo, 2021.

Figura 8 - Museu de Imagem e Som do Amazonas (MISAM), 2021.



Fonte: Juliana Silva de Melo, 2021.

2.1.4 Pandemia do Coronavírus (sars-cov-2) e o Palacete Provincial

O mundo hoje está enfrentando uma das maiores crises sanitárias já registradas em consequência da disseminação do Coronavírus (Sars-Cov-2). No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do COVID-19 (BBC, 2020). Em virtude disso, a sociedade, como um todo, está passando por diversas mudanças, em especial nas relações humanas. O turismo, sendo um setor que lida diretamente com as pessoas, foi um dos mais afetados com a pandemia causada pelo Coronavírus.

Singhal (2020) aponta o Covid-19 como um vírus de RNA envelopado, com alta virulência e com poucas informações acerca dele. Além de possuir sintomas comuns e semelhantes a outras síndromes respiratórias, sendo eles: febre, tosse, dor de garganta, fadiga, dentre outros. Diante disto, diversos protocolos de segurança foram decretados pelo Governo do Estado do Amazonas em uma tentativa de conter a pandemia.

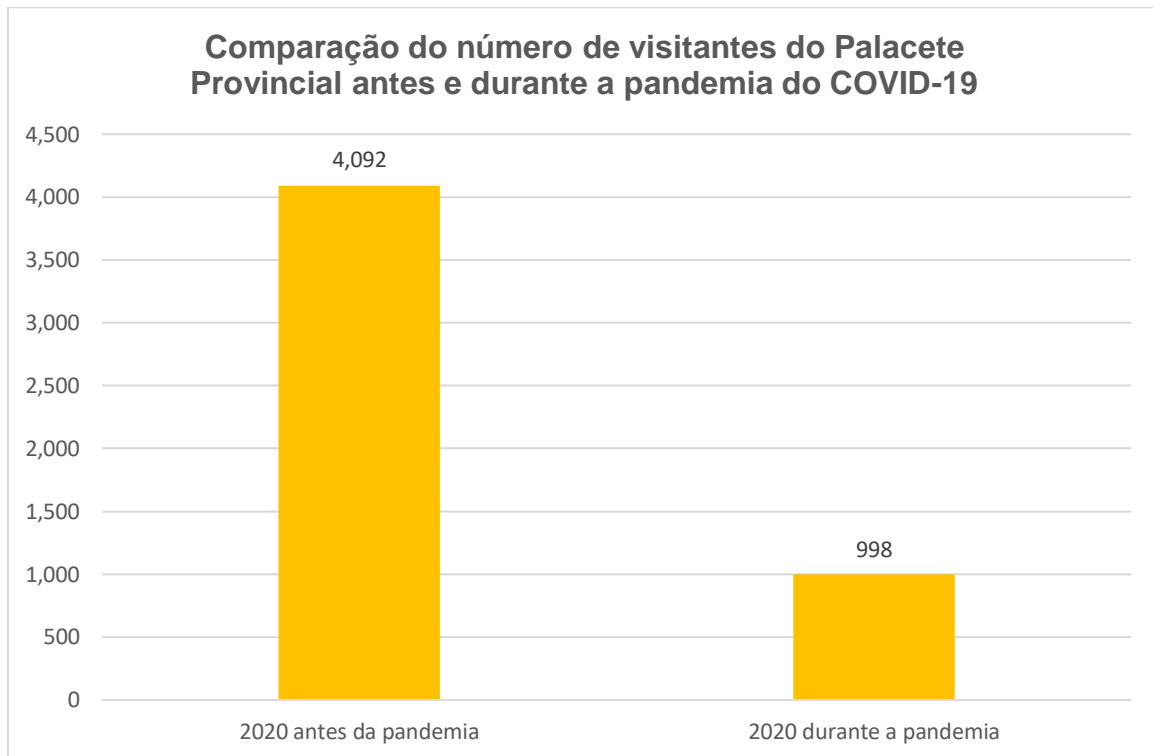
Algumas medidas em especial foram direcionadas aos espaços de visitação pública, como: usar, obrigatoriamente, máscara dentro dos espaços; higienizar as mãos com álcool em gel disponibilizado no local; respeitar o distanciamento social sinalizado; e, principalmente, realizar o agendamento no local desejado via site da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (SEC). Todas as medidas citadas afetaram diretamente a dinâmica de visitação e atendimento ao público dos espaços culturais.

O Palacete Provincial foi fechado totalmente em alguns períodos durante a pandemia do Coronavírus. Em março de 2020, no primeiro pico da pandemia no estado do Amazonas, o local foi fechado pela primeira vez e retornando em julho do mesmo ano funcionando com todos os protocolos de segurança. Em 26 de dezembro de 2020 o espaço voltou a ser fechado para a visitação e retornou somente em 15 de julho de 2021.

Antes do período pandêmico, o Palacete Provincial recebia em média mais de mil visitantes por mês. Em setembro de 2019 o local recebeu cerca de 1.574 visitantes. Infelizmente durante o tempo que voltou a funcionar na pandemia este número caiu drasticamente. A média mensal de visitantes em julho, agosto e setembro de 2020 não alcançou a casa dos 500 visitantes. Comparando os números dos três primeiros

meses de 2020, em que ainda não havia a pandemia, e três meses após liberação da visitação, durante a pandemia, podemos perceber uma grande queda no número de visitantes.³

Gráfico 1 - Comparação do número de visitantes do Palacete Provincial antes e durante a pandemia do COVID-19, 2020.



Fonte: Juliana Silva de Melo, 2021.

Todavia, em relação a demanda majoritária de visitantes locais podemos observar que não houve mudança e sim um aumento. Se antes da pandemia o Palacete Provincial já recebia uma grande demanda de visitantes oriundos de Manaus ou do Estado do Amazonas, durante o período pandêmico isto se acentuou mais ainda. De acordo com o Departamento de Museus (DEMUS) da Secretaria de Estado e Economia Criativa do Amazonas (SEC), foi somente a partir dos últimos meses do ano de 2021 que o Palacete Provincial voltou a receber uma quantidade significativa de visitantes nacionais e internacionais.

³ Dados disponibilizados pelo Departamento de Museus (DEMUS), da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC), 2021.

2.2 TURISMO ACESSÍVEL

O turismo pode ser definido como a deslocação temporária e de curta duração de pessoas para destinos fora do seu local de residência e de trabalho (SANGEETHA e ALLWYNI, 2015). De acordo com os autores McConkey e Adms (2000), o turismo contribui positivamente para a sua saúde física e psicológica, sendo este portador de uma deficiência ou não.

Oliveira, Franzen e Varella (2016, p. 668), concluem que a inclusão social dos deficientes e das pessoas com mobilidade reduzida deve ser pensada quando ocorre o planejamento dos serviços e dos espaços turísticos ou não turísticos. Dito isso, entende-se que a prática do turismo é fundamental para a integração da população deficiente na sociedade, uma vez que fomenta o desejo do indivíduo de explorar novos interesses, correr riscos, realizar tarefas diárias, buscar redes de apoio e, eventualmente, aceitar a sua deficiência (Yau et al., 2004).

O conceito de turismo acessível, segundo Pérez e Velasco (2003, p.12), ganhou relevância a partir de 1989, quando especialistas britânicos em turismo e deficiência publicaram o informe *“Tourism for All”* (Turismo para Todos), que divulgou os avanços alcançados com o Ano Internacional das Pessoas Deficientes promovido pela ONU em 1981. O turismo acessível, ou turismo para todos, pode ser entendido como o setor do turismo que proporciona uma oferta e serviços que sejam acessíveis a todas as pessoas independentemente de qualquer seja a limitação que possuam. Através da Cartilha do Programa Turismo Acessível, o Ministério do Turismo (Mtur) aponta que:

à prática do turismo seja uma via de inclusão, entendendo amplamente que o turismo social é uma forma de turismo acessível a todos em seus tempos livres sem discriminação de acessos de qualquer natureza por qualquer pessoa. (MTUR, 2014).

Alguns autores apontam que o turismo acessível pode ser considerado um braço do turismo social. Segundo Falcão (2002, p.120), o turismo social “consiste no acesso para o turismo de grupos cuja condição socioeconômica e cultural não lhes permitiria usufruir de produtos turísticos. (...) é a forma de conduzir e praticar a atividade turística, promovendo a igualdade de oportunidade, equidade, solidariedade e o exercício de cidadania na perspectiva de reclusão”. Diante disso, Coelho (2014, p. 29) explica que o turismo acessível pode ser considerado uma forma de turismo

social, pois procura vencer obstáculos que impedem um indivíduo de exercer o seu direito de fazer turismo, de viajar, de conhecer outras regiões e países, sendo este um direito considerado universal.

2.2.1 Legislação brasileira acerca do turismo acessível

No Brasil existem algumas legislações acerca das pessoas com deficiência que podem ser aplicadas na prática do turismo acessível. A Lei n.º 4.169 de 1962, que oficializou o Braille foi uma das primeiras relacionadas ao tema, assim como a Lei n.º 7.853 de 1989 que trata sobre a criação da Política Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência.

Na Constituição Federal de 1988, podemos observar artigos relacionados a inclusão. No artigo 5 a constituição determina que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” Assim como, no artigo 6, que têm o lazer como um dos direitos sociais.

Alguns anos após a criação da Constituição Federal, em 1994, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou a NBR 9050, que regula a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Essa norma sofreu algumas atualizações com o decorrer dos anos, sendo a primeira em 2004. A última atualização aconteceu em 2020 e sofreu uma correção em 2021. Esta norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

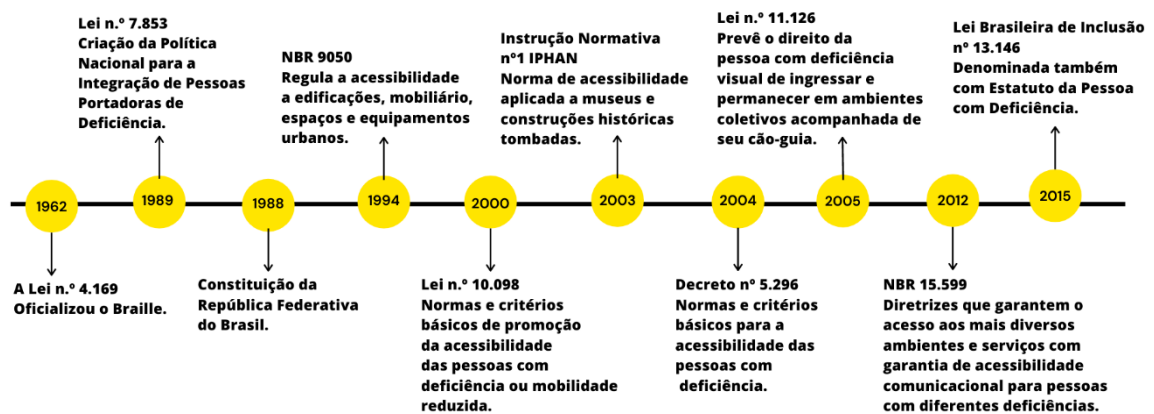
No começo dos anos 2000, também foram sancionadas algumas leis e normas, sendo elas: a Lei n.º 10.098 de 2000, que foi sancionada abordando acerca das normas e critérios básicos de promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; e a Instrução Normativa nº 1 IPHAN de 2003, que aborda a norma de acessibilidade aplicada a museus e construções históricas tombadas contendo orientações específicas de adequações levando em consideração a preservação do patrimônio cultural. Esta instrução normativa é regulamentada pelo

Decreto nº 5.296/2004 como documento de orientação para garantia de acessibilidade aos bens culturais imóveis. Temos também, a Lei nº 11.126 de 2005 que prevê o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes coletivos acompanhada de seu cão-guia.

A ABNT também publicou a NBR 15.599/2012 que é norma complementar à ABNT-NBR 9.050. Essa norma oferece diretrizes que garantem o acesso aos mais diversos ambientes e serviços com garantia de acessibilidade comunicacional para pessoas com diferentes deficiências, prioritariamente visuais, auditivas e pessoas com surdocegueira.

A Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 foi criada em 2015. Ela é baseada no texto da Convenção da ONU pelos Direitos das Pessoas com Deficiência e apresenta inovações a respeito dos direitos à autonomia na vida pessoal e profissional para as pessoas com deficiência intelectual e um capítulo exclusivamente dedicado ao acesso à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer. Essa lei entrou em vigor somente em 2016, sendo denominada também com o Estatuto da Pessoa com Deficiência

Figura 9 - Linha do tempo da legislação brasileira acerca do Turismo Acessível.



Fonte: Juliana Silva de Melo, 2021.

2.3 ACESSIBILIDADE

Mazzotta (2006) aborda a acessibilidade como algo que vai muito além do direito de adentrar aos ambientes naturais e físicos, confundindo-se mesmo com o direito de participação ativa no meio social, com a cidadania e a inclusão social. Segundo o autor, as dificuldades e limitações das condições de acesso aos bens e serviços sociais e culturais configuram uma das mais perversas situações de privação

da liberdade e de equidade nas relações sociais fundamentais à condição de ser humano.

Sasaki (2009), relata as seguintes modalidades de acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, instrumental, programática, atitudinal e metodológica. Essas modalidades se entrelaçam possibilitando a inclusão das pessoas com deficiência.

2.3.1 Pessoas com deficiência visual

A deficiência ou desvio, segundo Pinheiro (2003), é uma situação e não um estado definitivo determinado apenas pelas incapacidades do indivíduo, é uma situação criada pela interação entre a limitação física, sensorial, mental ou comportamental e o obstáculo social que impede ou dificulta a participação nas atividades da vida cotidiana. O Mtur (BRASIL, 2009, p.16), adota a definição do Ministério da Justiça de que a pessoa com deficiência “é a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de algum tipo de atividade”. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, no artigo 2º:

[...] a pessoa com deficiência é: [...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Entretanto, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2013), o conceito de pessoa com deficiência é ampliando englobando também os indivíduos com mobilidade reduzida, das quais fazem parte: os idosos, gestantes e obesos.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu artigo 4, dispõe as categorias em que se enquadram as pessoas com deficiência. Sendo no inciso III, onde aborda a deficiência visual. Após cinco anos, através do artigo 70, do Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, o Decreto nº 3.298/99 passou a vigorar com algumas alterações. Sendo uma delas no inciso III, das deficiências visuais:

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (BRASIL, 2004).

As pessoas com deficiência buscam obter um tratamento igual a qualquer outra pessoa nos locais públicos e privados. O diferente quase sempre gera algum tipo de preconceito por parte da grande massa da sociedade. Rosenfeld (2004), relata como superar essas barreiras que afastam a pessoas com deficiência de uma vida plena e satisfatória é uma tarefa difícil. O autor aponta que é fundamental o envolvimento da sociedade nesse meio, para que dessa forma as pessoas possam conviver em harmonia vencendo a barreira dos preconceitos.

2.3.2 Acessibilidade para pessoas com deficiência visual

A audiodescrição é o principal recurso de promoção de acesso aos conteúdos culturais visuais para pessoas com deficiência visual. A técnica pode ser usada para proporcionar acesso à informação em mostras de filmes, apresentações cênicas, exposições e visitas educativas (IBRAM, 2020). Os materiais de apoio sensoriais (táteis, auditivos, olfativos e gustativos), também auxiliam pessoas com deficiência visual a usarem outros sentidos para compreender melhor os conteúdos das manifestações culturais.

O recurso de audiodescrição, de acordo com o IBRAM (2020), funcionam através da descrição clara e objetiva de todas as informações que compreendemos visualmente e que não estão contidas nos diálogos, como expressões faciais e corporais que comuniquem algo, informações sobre o ambiente, figurinos, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço, além da leitura de créditos, títulos e qualquer informação escrita na tela. A audiodescrição permite que o usuário receba a informação contida na imagem ao mesmo tempo em que esta acontece, possibilitando que a pessoa desfrute integralmente da obra, seguindo a trama e captando a subjetividade da narrativa, da mesma forma que alguém que enxerga.

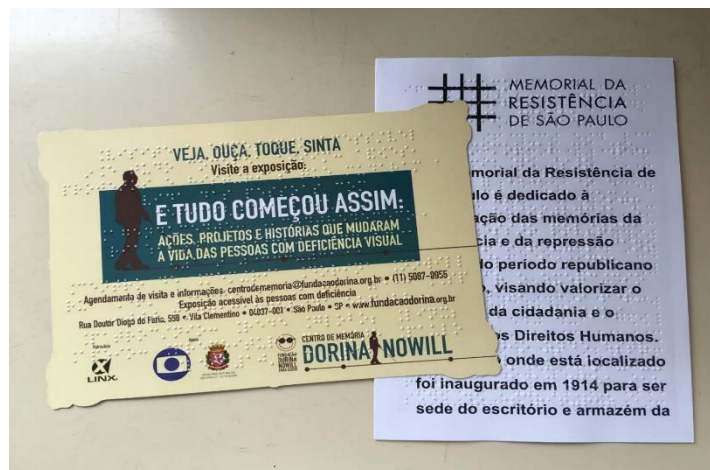
Motta e Romeu (2010), declaram que a audiodescrição é uma atividade de mediação linguística (...) que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar e completam que além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos.

Os recursos sensoriais também são utilizados para prover acessibilidade a pessoa com deficiência visual. De acordo com o IBRAM (2020), alguns exemplos de recursos sensoriais para pessoas com deficiência visual que podemos citar são:

a) Folhetos Acessíveis;

Impressos em braile, com caracteres ampliados, alto contrastes e com informações quanto aos recursos de acessibilidade.

Figura 10 - Folhetos Acessíveis

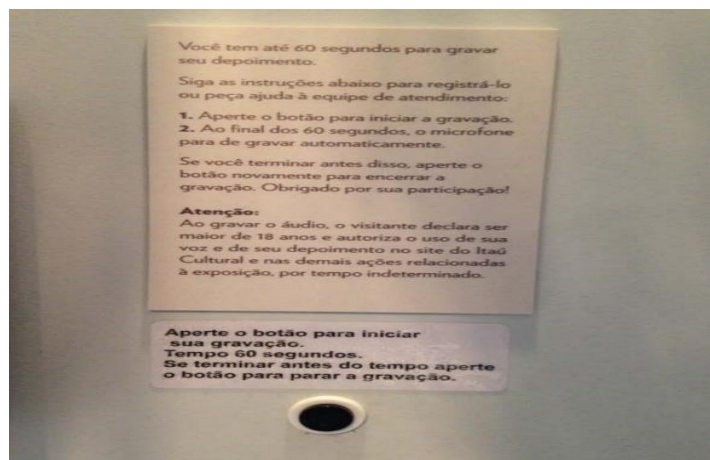


Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo e Centro de Memória Dorina Nowill – Fundação Dorina Nowill para Cegos. (IBRAM, 2020).

b) Textos e Legendas em Braile;

Textos de apresentação, curadoria, comentários e legendas dos recursos e das obras acessíveis à fruição sensorial em dupla leitura para pessoas cegas, com baixa visão e surdocegueira acessarem a informação com autonomia.

Figura 11 - Texto e legendas em Braile

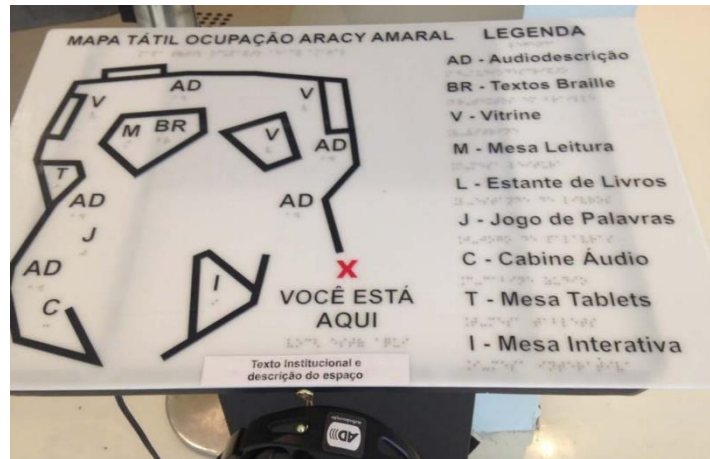


Fonte: Recurso interativo – Ocupação Aracy Amaral – Instituto Itaú Cultural (IBRAM, 2020).

c) Mapa tátil do espaço expositivo;

Mapa do espaço expositivo com identificação de percurso e recursos/obras acessíveis para visitantes cegos e com surdocegueira compreenderem o desenho da exposição e se locomoverem com autonomia.

Figura 12 - Mapa tátil do espaço expositivo



Fonte: Maquete tátil Ocupação Aracy Amaral – Instituto Itaú Cultural (IBRAM, 2020).

A comunicação sensorial caracteriza-se pela percepção corporal dos indivíduos na relação com o outro e com o mundo por meio dos diversos sentidos – tato, olfato, paladar, visão e audição. Essa é uma capacidade natural do ser humano e de extrema importância para seu desenvolvimento global. O uso de recursos sensoriais em exposições e ações educativas, como as experiências visuais, olfativas, de apelo ao paladar, sonoros e táteis, democratiza o acesso à fruição do patrimônio cultural, pois a percepção sensorial não pressupõe conhecimentos intelectuais, domínio de linguagem ou idioma e familiaridade com ofertas culturais. (IBRAM, 2020).

3 METODOLOGIA

Galuppo (2008), explica que a metodologia deve orientar como responder ao problema proposto e definir caminhos para se alcançarem os objetivos da pesquisa.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto a sua natureza, esta pesquisa se encaixa nas categorias básica e aplicada visto que, buscar aprimorar os conhecimentos já existentes em relação a acessibilidade para pessoas com deficiências visual ou baixa visão em museus e centros culturais e conseqüentemente gerar novos saberes acerca do assunto. Prodanov e Freitas (2013), apontam que a natureza de categorias básica e aplicada:

Objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, envolve verdades e interesses universais e também objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, envolve verdades e interesses locais. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Caracteriza-se quanto aos objetivos como uma pesquisa descritiva, na medida que vai realizar o levantamento dos dados a respeito da acessibilidade confrontando-os com os dados da legislação vigente, Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). De acordo com Andrade (2002) a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica visto que é elaborada a partir de matérias já publicadas buscando analisar mais detalhadamente os conceitos aplicados e os resultados obtidos. Conforme Gil (1999), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos.

A abordagem de pesquisa utilizada neste trabalho é a pesquisa qualitativa, na medida que busca realizar uma análise através de pessoas. De acordo com Goldenberg (1997) a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Michel (1999), aponta que através desta abordagem, é possível levantar atitude, pontos de vista, preferências que as pessoas têm a respeito de

determinados assuntos, fatos de um grupo definido de pessoas. Esta abordagem permitirá que esta pesquisa identifique dentre muitas coisas: falhas, erros, tendências e interesses.

Segundo Gil (2008, p.9), o método dedutivo parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica. Esta pesquisa se utiliza do método dedutivo pois é realizada se baseando em conceitos já expostos e que são verídicos.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população (ou universo da pesquisa) é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. A definição da população-alvo tem uma influência direta sobre a generalização dos resultados. Dessa forma, define-se como população desta pesquisa o universo de pessoas com deficiência visual. (PRODANOV; FREITAS, 2013). Buscando desenvolver uma pesquisa mais abrangente, procurou-se pessoas com diferentes graus de deficiência visual, gêneros e meios de locomoção. Todavia não se levou em consideração idade, profissão e classe social.

A amostragem é a “parcela significativa da população ou do universo pesquisado, geralmente aceita como representativa.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). No presente trabalho, a amostragem é não-probabilística intencional onde busca selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. A amostragem selecionada é de cinco pessoas com deficiência visual que residem na cidade de Manaus, capital do Amazonas.

A principal vantagem da amostragem por tipicidade está nos baixos custos de sua seleção. Entretanto, requer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado. É o tipo mais simples de amostra não probabilística, já que o pesquisador se dirige intencionalmente a grupos de elementos dos quais deseja saber a opinião. São escolhidos casos para a amostra que representem um “bom julgamento” da população/do universo. Os resultados têm validade para aquele grupo específico, ou seja, em um contexto específico. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

O método de pesquisa utilizado foi a entrevista, que é a obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, onde o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). As entrevistas foram realizadas com os cinco participantes da pesquisa após eles terem realizado a visitada guiada nos cinco museus existentes no Palacete Provincial. As perguntas aplicadas foram voltadas para questões acerca da acessibilidade em diferentes aspectos dentro e no entorno do prédio.

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa realizada apresentou limitações importantes em relação a fundamentação teórica. Foi extremamente complicado a busca por autores e trabalhos que tivessem como objeto de estudo o Palacete Provincial, no final foi possível encontrar somente um autor que discorreu sobre a parte histórica do prédio.

Identificou-se também uma limitação em encontrar outros trabalhos que estudassem a acessibilidade para pessoas com deficiência visual em museus e centro culturais. Dessa forma dificultando a identificação de alguns conceitos.

Em relação a coleta de dados, observou-se uma dificuldade na busca por pessoas com deficiência visual que visitassem o Palacete Provincial por duas razões principais que foram identificadas posteriormente, a falta de divulgação para a massa da população a fim de informar que o prédio do Palacete Provincial hoje é um espaço cultural e também o conhecimento público da falta de acessibilidade no local e redondezas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram desta pesquisa cinco pessoas com diferentes graus de deficiência visual. Das cinco pessoas entrevistadas, três tem cegueira, duas tem baixa visão e quatro delas utilizam bengalas.

A maioria dos entrevistados viaja de uma a duas vezes no ano, acompanhados geralmente de familiares. Analisou-se que os participantes da pesquisa visitam museus e centros culturais quando viajam, porém, preferem realizar outras atividades em virtude da ausência de acessibilidade para pessoas com deficiência visual nos museus e centros culturais.

Todavia, quando questionados sobre visitar esses atrativos na cidade de Manaus, quatro dos cinco entrevistados afirmaram que visitam esses locais, especialmente o Teatro Amazonas, que disponibiliza uma maior acessibilidade.

Em relação ao trajeto para chegar ao Palacete Provincial, todos os participantes mencionaram a dificuldade em relação ao transporte público, visto que a única parada próxima à Praça Heliodoro Balbi, onde fica o Palacete Provincial, não tem conexão com todos os bairros. E ressaltaram a dificuldade de identificar o piso tátil existente na praça, pois além da dificuldade de encontrá-lo, dependendo de que lado da praça você esteja transitando, ele acaba um pouco antes da entrada do prédio o que dificulta encontrar o mesmo. Fato este, que ocasionou a desorientação de um dos participantes da pesquisando fazendo com que ele se perdesse durante o trajeto.

A respeito da visita realizada nos museus do Palacete Provincial, todos os participantes relataram que foram bem atendidos pelos condutores do local. Entretanto, foi mencionado que lhes falta conhecimento técnico para atender deficientes visuais, e problemas de acessibilidade comunicacional, como por exemplo conhecimentos acerca da audiodescrição, o que confirma os achados da literatura de ausência de acessibilidade (CLOQUET et al., 2017). Impende destacar o depoimento da entrevistada n. 2:

“Ali na recepção na hora que eu cheguei a moça foi logo falar comigo, o que me deu um norte pois estava meio perdida. Senti falta de um pouco mais de comunicação por parte dos condutores na hora de se locomover dentro do local. As pessoas que trabalham aqui parecem bem-dispostas a ajudar, bem tranquilas, mas falta um pouco de preparo na questão da comunicação. A gente acaba perdendo muito do ambiente.” (*Entrevistado 2*)

No que se refere a infraestrutura física do prédio foi mencionada a falta de acessibilidade nesse quesito, sendo a única acessibilidade disponibilizada uma rampa na porta de entrada. E foi mencionado também, que por não possuir nenhuma acessibilidade dentro dos museus, a visita se torna um pouco confusa na questão de noção espacial, causando desorientamento e privando-os de autonomia caso decidam visitar o local sozinhos. Esta ausência de atendimento ao design universal é um ponto que precisa ser bastante melhorado, tendo em vista estudos que indicam que o turista com deficiência está disposto a pagar um valor maior desde que haja acessibilidade (BABAITA, 2012; LYU, 2017). Nesse sentido, vale destacar o depoimento do entrevistado 3 quando questionado se teve alguma dificuldade durante a visita.

“Eu tive, se eu tivesse vindo sem um acompanhante eu me perderia. A gente entra em uma porta e sai em outro então isso me confundiu muito. E não tem nenhuma acessibilidade, nenhum piso tátil para se localizar.” (*Entrevistado 3*)

Também foi mencionado que durante a visita não foi disponibilizado nenhuma acessibilidade a não ser a ajuda por parte dos condutores do local. Por conta dessas questões, foi levantado que não é possível ter a compreensão total dos museus através da visita. Entretanto, todos os entrevistados quando questionados afirmaram que voltariam e indicariam a visita para outras pessoas visto que, parafraseando um dos participantes, é importante que as pessoas com deficiência, independente de qual seja ela, ocupem esses espaços para que os gestores percebam que há sim uma demanda dessas pessoas e que façam as mudanças necessárias nesses locais de visitação pública para recebê-los.

Nesse sentido, os participantes relataram que não deixariam de visitar uma cidade ou um atrativo por falta de acessibilidade, visto que a maioria dos locais não possui acessibilidade. Contudo, afirmaram que se pudessem escolheriam somente lugares e atrativos com acessibilidade, confirmando estudos já realizados neste sentido (FERST; SOUZA; COUTINHO, 2020).

Os participantes também relataram que já sofreram discriminação realizando atividades turísticas. Um dos participantes relatou o acontecido de uma forma muito leve, acrescentando posteriormente que o melhor que poderia ser feito mediante essa situação era rir.

“Eu estava como representante da associação de deficientes visuais e nós andávamos em grupos de trenzinho, um segurando no outro. As pessoas achavam muito interessantes e aqueles senhorinhas que estavam fazendo

peregrinação falavam “oh senhor tenha piedade, cura eles.” A gente recebeu muitos comentários assim.” (*Entrevistado 2.*)

Todavia, outra participante respondeu esta mesma pergunta com grande incomodo e relatou que a discriminação nas atividades turísticas é um acontecimento bem frequente.

“Eu vou muito para Goiânia. Dessa vez estava com meus avós e lá tem uma igreja católica muito conhecida do Divino Pai Eterno e eu fui visitar junto com eles. E o que a maioria das pessoas que me abordavam perguntavam era se eu estava procurando uma cura, um milagre e isso me incomodou bastante.” (*Entrevistado 1.*)

Por fim, quando questionados a respeito de quais melhorias poderiam ser realizadas no Centro Cultural Palacete Provincial para atender as suas necessidades foi dito que, o local poderia ser equipado com piso tátil, tanto na porta de entrada do prédio quanto nos corredores. Assim como, possuir alguma referência no local, o que é de grande ajuda para aquelas pessoas que necessitam do auxílio de bengalas visto que, em alguns museus existentes no Palace Provincial o acervo fica exposto sem nenhuma proteção. Isto dificulta a locomoção por parte de quem utiliza bengala ocasionando uma insegurança, frustração e até mesmo desorientação.

Foi mencionado também que o espaço poderia disponibilizar réplicas de alguns acervos uma vez que, especialmente no Museu de Numismática Bernardo Ramos, o acervo fica guardado dentro de vidros onde é possível somente ver a exposição. Dessa forma, as pessoas com deficiência visual ou baixa visão não conseguem compreender totalmente o que lhes está sendo mostrado. Dito isso, seria interessante se o espaço pudesse disponibilizar réplicas.

Outra melhoria mencionada foi em relação a modernização. Foi apontado que seria de extrema importância aprimorar a comunicação, através de uma formação para as pessoas que trabalham no local, e também utilizar tecnológicas, com QR code do lado das imagens dos objetos, por exemplo, já existentes e que já são utilizadas em outras localidades. A última melhoria mencionada foi a disponibilização de um mapa tátil do prédio. Seria de grande importância proporcionar uma prévia e compreensão maior da estrutura do prédio para as pessoas com deficiência visual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que esta pesquisa cumpriu todos os objetivos estabelecidos posteriormente. O primeiro objetivo previa a descrição da legislação brasileira aplicável sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência visual, este foi amplamente cumprido na medida em que esta pesquisa dispõe de um capítulo acerca da legislação voltada para o turismo acessível e acessibilidade

Em relação ao objetivo que buscava identificar os elementos existentes no palacete provincial para o atendimento do turista com deficiência visual ou baixa visão, é possível afirmar que mesmo sendo um centro cultural e local de visitação pública, o Palacete Provincial não está preparado para receber este público. Tanto em relação a infraestrutura, quanto a comunicação, informação e tecnologia assistiva.

Compreende-se também que caso o espaço proporcionasse acessibilidade o fluxo de visitantes aumentaria, especialmente visitantes locais visto que, a deficiência visual é a mais comum no estado do Amazonas e que os visitantes locais representam a maior demanda do Palacete Provincial.

É recomendável o investimento na acessibilidade visando proporcionar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência visual e visando atingir novos públicos gerando assim uma rotatividade de ganhos no turismo da cidade de Manaus. Dito isso, compreende-se que o terceiro objetivo que buscava classificar as variáveis da acessibilidade na oferta de serviços e produtos turísticos ao turista com deficiência visual ou baixa foi cumprido.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa que procurava analisar a acessibilidade no Palacete Provincial para o atendimento do turista com deficiência visual ou baixa visão foi amplamente atingido.

Como contribuição teórica esta pesquisa além de trazer informações históricas e descritivas do Centro Cultural objeto de estudo, apresenta a literatura a respeito do turismo acessível e a legislação brasileira a despeito da acessibilidade. Como contribuição prática apresenta subsídios que podem contribuir para sensibilizar os gestores da necessidade de se investir em acessibilidade nos centros culturais, podendo ser replicada em outros museus e centros culturais.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR **9050** **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2004. Disponível em: https://www.cairn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf . Acesso em: 01 set 2021

ABNT. NBR 15.599: **Acessibilidade: comunicação na prestação de serviços**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.normas.com.br/visualizar/abnt-nbr-nm/27489/abnt-nbr15599-acessibilidade-comunicacao-na-prestacao-de-servicos>. Acesso em: 03 ago 2021.

ANDRADE, M. M. DE. **Como Preparar Trabalhos Para Cursos de Pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BARRIGA, S; SILVA (Org.), **Serviços educativos na cultura**. Porto: Setepés, 2007. (pp. 43- 55)

BBC. **Coronavírus: OMS declara pandemia**. 11 de março 2020. Disponível em: <http://www.bbb.com/portuguese/.geral-51842518>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BABAITA, Carmen Mihaela. Tourism Industry in Romania and the Needs of People With Disabilities. **Annals of the University of Oradea, Economic Science Series**, v. 21, n. 1, p. 481–486, 2012. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/ora/journal/v1y2012i1p481-486.html>. Acesso em 04 jul 2021.

BICKENBACH, Jerome. The world report on disability. **Disability and Society**, v. 26, n. 5, p. 655–658, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09687599.2011.589198>. Acesso em 23 ago 2021.

BRAGA, R. **Palacete Provincial**. Edições: Governo do Estado do Amazonas - Secretária de Estado de Cultura. Manaus, 2009.

BRASIL. **Decreto Lei n. 3298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso

em: 22 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 11.126, de 27 de junho de 2005.** Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm>. Acesso em: 22 jan 2021.

BRASIL. **Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 22 jun. 2021

BRASIL. **Lei n.º 4.169, de 4 de dezembro de 1962.** Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4169.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.169%2C%20DE%204,Art.. Acesso em: 22 jun. 2021.

CENTRO CULTURAL SÃO PAULO. **História.** [200-?]. Disponível em: <<http://centrocultural.sp.gov.br/site/institucional/historia/>>. Acesso em 23 jun. 2021.

COELHO, C. A. d. J. G. **Turismo acessível para todos, um paradigma emergente e um desafio para a oferta turística.** (Mestrado). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril. 2014. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18924/1/2014.04.011_.pdf. Acesso em 05 out 2021

COELHO, T. **Usos da cultura:** políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.124. 1986.

CLOQUET, Isabelle. et al. Disability, social inclusion and the marketing of tourist attractions. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 26, n. 2, p. 221–237, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669582.2017.1339710>. Acesso em 06 set 2021.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 jun. 2021.

DAMASCENA, Elielson Oliveira; OLIVEIRA, Brigitte Renata Bezerra de; MELO, Francisco Vicente Sales. Marketing Cultural: Visão, Prática e Objetivos da Comunidade Empresarial da Região do Vale do São Francisco (PE). **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**. v. 2 n. 1, jan./abr, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/43>. Acesso emv 05 set 2021.

DARCY, Simon.; TAYLOR, Tracy. Disability citizenship: An Australian human rights analysis of the cultural industries. **Leisure Studies**, v. 28, n. 4, p. 419–441, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02614360903071753?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em 01 nov 2021

DEMUS. **Departamento de Museus da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas**, 2021.

DEMUS. Departamento de Museus. **Manual de Uso e Procedimentos Internos dos Museus**, 2021.

DEVILE, Eugénia Cristina Peixoto Godinho Lima. **Dinâmicas de envolvimento das pessoas com incapacidade nas atividades turísticas**. Dissertação (Doutorado em Turismo) - Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Portugal. 2014. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/14080/1/dinamicas%20de%20envolvimento%20das%20pessoas%20com%20incapacidade%20nas%20atividades%20turisticas.pdf>. Acesso em 13 out 2021

DUARTE, Donária. Coelho. **Metodologia para desenvolvimento de portais de relacionamento de suporte a comunidades de prática: uma aplicação para a área de turismo e para pessoas com necessidades especiais**. Tese de Doutorado, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102386>. Acesso em 30 out 2021

EUSÉBIO, Celeste. et al. Social tourism programmes for the senior market: a benefit segmentation analysis. **Journal of Tourism and Cultural Change**, v. 15, n. 1, p. 59–79, jan. 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14766825.2015.1117093?journalCode=rtcc20>. Acesso em: 13 ago 2021.

FALCÃO, C. H. O turismo social. *In* BARROS JÚNIOR, Juarez Correia. **Empreendedorismo, trabalho e qualidade de vida na terceira idade**. São Paulo: Sebrae. 2002. (pp. 118-140)

FEIJÓ, M. C. As políticas culturais da globalização. *In*: BRANT, L. **Políticas Culturais**. Baureri: Manole. p.19-22. 2003.

FERST, Marklea da Cunha; SOUZA, Julia Ismar Silva de; COUTINHO, Helen Rita Menezes. Accessibility in accommodation establishments: The use of innovative processes to meet the needs of tourists with disabilities. **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, v. 23, n. 3, p. 0–2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/YP6Gwx443hX4NxW8V4ZdgTK/abstract/?lang=pt>. Acesso em 07 set 2021.

FIALHO, Manuela. Rotas sem Barreiras. **Revista Turismo; Desenvolvimento**. Journal of Tourism and Development. N. 11, p. 109-112. 2009. Disponível em: <https://www.ua.pt/file/30829>. Acesso em 30 nov 2021.

GALUPPO, M. C. **Da idéia à defesa: monografias e teses jurídicas**. 2. ed Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

GERHARDT, Tatitana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 9 jul 2021.

GIL, A . C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A . C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Governo do Amazonas divulga plano de reabertura com regras distanciamento, higiene, comunicação e monitoramento**. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2020/05/governo-do-amazonas-divulga-plano-de-reabertura-com-regras-de-distanciamento-higiene-comunicacao-e-monitoramento/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso: 12 mai. 2021.

IBRAM. **Curso de Acessibilidade em Museus**. 2020.

IBRAM. **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020**. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>. Acesso em: 13 set 2021.

ICOM. **Museum Definition**. Adopted by the 22nd General Assembly in Vienna, Austria, on 24 August 2007. Disponível em: [Museum Definition - ICOM - ICOM](#). Acesso em: 22 jun. 2021.

IPHAN. **Instrução Normativa n.1 de 25 de novembro de 2003**. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=75637>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

LYU, Seong Ok. Which accessible travel products are people with disabilities willing to pay more? A choice experiment. **Tourism Management**, v. 59, p. 404–412, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517716301625>. Acesso em 10 out 2021

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Acessibilidade e a indignação por sua falta. **Subsídios para o conferencista: caderno de textos**, v. 1, 2006, Brasília. p. 30-32, 2006.

MCCONKEY, R. ; ADAMS, L. **Matching short break services for children with learning disabilities to family needs and preferences**. Child: Care, Health & Development, 26, 429-444. 2000. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10998005/>. Acesso em 25 set 2021.

MILANESI. L. **A Casa da Invenção**. 3. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo**. 2018-2022. Mais Emprego e Renda para o Brasil. Recuperado em 12 de outubro de 2019, de <http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/PNT_2018-2022.pdf. Acesso em 03 out

2021

MONTEIRO, M. Y. **Roteiro Histórico de Manaus**, vol., I, EDUA, Manaus, 1998.

MOTTA, L. M. V. M. ; ROMEU, P. F. (Or.g.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa Com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

MTUR. **Turismo Acessível: Conheça o Programa**. p. 2016–2018, 2014.

Museum Education and Accessibility. Bridging the Gaps. **4th Annual ICOM-CECA Conference**, 2016.

OLIVEIRA, P. DE; FRANZEN, I.; VARELLA, G. **Turístico : Estudo De Caso Da Área Central De Balneário**. 2016.

OMS. **Relatório mundial sobre a deficiência**. [s.l.: s.n.]. 2011. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf. Acesso em 30 set 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO; (OMT). **Código de ética mundial para o turismo**- Santiago, Chile, 1999. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/home/programas/Imagens_programas_home/VersoFinalAERI.pdf> Acesso em: 23 jun. 2021.

PÉREZ, D. M., VELASCO, D. J. G. **Turismo Accesible n.º 4: Hacia un Turismo para Todos**. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, Secretaria General de Asuntos Sociales. 2003. Disponível em: http://www.accesturismo.com/assets/img/publicaciones-02/Turismo_Accesible.pdf. Acesso em: 07 set 2021.

PINHEIRO, H. L. **As políticas públicas e as pessoas portadoras de deficiência**. In: **Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência**. Org. SILVA, S, Campinas: Mercado das letras, 2003.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. DE. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. **Novo Hamburgo: Universidade Feevale**, p. 276, 2013.

RAMOS, Luciene Borges. Centro Cultural: Território privilegiado na ação cultural e informacional na sociedade contemporânea. In: **III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2007, Faculdade de Comunicação/UFBa. Anais. Salvador: [s. n.], 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LucieneBorgesRamos.pdf>. Acesso em 30 ago 2021

RIBEIRO, D. **Dicio - Dicionário online da língua portuguesa**. 2009.

ROCHA, A. S. et al. **O Dom da produção acadêmica: manual de normalização e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Dom Helder, 2017. Disponível em:

<https://domhelder.edu.br/wp-content/uploads/2020/03/domdaproducaoacademica.pdf>. Acesso em 26 de out 2021.

ROSENFEL, E. Gem, um jeito novo de viver. Mito ou realidade? CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CONADE). **Subsídios para o conferencista**. 2006.

SANGEETHA, A. A.; ALLWYN, M. P. P. **Marketing challenges in small tourism enterprises**. International Journal of Research in Commerce & Management, 6 (1), 52. 2015.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII. p.10-16. 2009. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/cultura/> > Acesso em: 22 jun. 2021.

SINGHAL. Tanu. A Review of Coronavirus Disease-2019 (COVID-19). **The Indian Journal of Pediatrics**. vol 87, n. 4, 2020. p. 281–286. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7090728/>. Acesso em 30 ago 2021

TURISMO, M. DO. Plano nacional do Turismo 2018-2022. p. 9, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-2022-pdf>. Acesso em 02 out 2021.

YAU, M. K.-s., McKercher, B., & Packer, T. L. Traveling with a disability: More than an access issue. **Annals of Tourism Research**, vol. 31, n 4, p. 946-960. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/223844518_Traveling_with_a_disability_More_than_an_Access_Issue. Acesso em 15 ago 2021

APÊNDICE A
ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Qual seu nome? Idade e Profissão?
2. Você viaja a turismo quantas vezes ao ano?
3. Viaja sozinho ou acompanhado? Se acompanhado, de quem?
4. Quando você viaja a turismo procura visitar Museus e Centros Culturais?
Se sim, quais acessibilidades lhe foram proporcionadas nesses locais?
5. Costuma visitar museus e centros culturais na cidade de Manaus? Explique o motivo.
6. Como foi para chegar ao prédio do Palacete Provincial? Teve alguma dificuldade no percurso até o Palacete?
7. Como foi a recepção por partes dos condutores do local?
8. Em algum momento durante a visita lhe disponibilizaram algo que lhe proporcionasse mais acessibilidade? Se sim, o quê?
9. Durante a visita ocorreu algum incidente que lhe deixou incomodado ou frustrado? Se sim, conte como foi!
10. Qual a sua percepção sobre a infraestrutura física do Palacete Provincial?
Qual foi a sua maior dificuldade?
11. Foi possível compreender 100% todos os museus através desta visita?
12. Você voltaria para visitar o espaço novamente? Porquê?
13. Você indicaria a visitação para alguém? Porquê?
14. Para você, há algo que possa ser melhorado no Palacete para atender as suas necessidades?
15. Como foi a sua experiência durante a visita em termos gerais?
16. Qual a sua opinião sobre a acessibilidade física no Palacete?
17. Para que você considere um lugar como sendo acessível, o que é preciso que ele tenha?
18. Você deixaria de visitar uma cidade por ausência de acessibilidade?
19. Você deixaria de visitar um atrativo turístico por ausência de acessibilidade?
20. Você já sofreu algum tipo de discriminação em alguma atividade turística que realizou? Pode descrever o que houve?
21. Na sua opinião há discriminação da pessoa com deficiência nas atividades turísticas? De que forma?

22. Vou citar alguns fatores e peço que me diga em uma escala de 1 a 5 a importância de cada um deles para a escolha do seu destino de viagem a turismo. Sendo: 1 – extremamente importante; 2- Muito importante; 3 – Medianamente importante; 4 – Pouco importante e 5 – Nada importante.

	Extremamente importante	Muito Importante	Mediamente importante	Pouco importante	Nada importante
Acessibilidade do lugar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recreação/ lazer / cultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Visitar parentes e amigos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Razões médicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preço total da viagem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de programas sociais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de informações sobre a acessibilidade do local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança :	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>